

Habita - Coletivo pelo Direito à Habitação e à Cidade

Entrevista por Isabel Raposo e Sílvia Jorge (GESTUAL)

O Habita¹ é um coletivo de ativistas de várias áreas disciplinares que luta pelo direito de todos a uma habitação adequada e pelo direito à cidade. Este coletivo defende a habitação como um direito humano fundamental reconhecido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e pela Constituição da República Portuguesa. Criado em 2012, o Habita dá continuidade à atividade desenvolvida, entre 2005 e 2007, por um conjunto de mulheres ativistas do grupo pelo Direito à Habitação inserido na SOLIM (Solidariedade Imigrante, Associação para a Defesa dos Direitos dos Imigrantes). Tem acompanhado de perto as situações de bairros autoproduzidos na Área Metropolitana de Lisboa, ameaçados de demolição, dando apoio às famílias sujeitas a despejo e sem alternativa habitacional, mas também bairros do

centro da cidade, atualmente alvo de especulação imobiliária. Intervém em diversas frentes: no terreno, junto das comunidades, prestando-lhes apoio jurídico e organizativo, junto das instituições, municipais e do governo central, pressionando-as para serem garantes dos direitos dos cidadãos e, em particular, das famílias emigrantes ou de etnia cigana; na criação de redes nacionais e internacionais; na produção e divulgação de conhecimento, discutindo leis, políticas, programas e práticas, fazendo propostas de alterações e debatendo abertamente, com convidados especialistas sobre os direitos, as suas violações e as suas lutas. Rita Silva, técnica de desenvolvimento comunitário, fundadora e dirigente do Habita, é um dos principais rostos da luta pelo direito à habitação em Portugal.

Gestual: Antes de falares sobre o Habita, gostávamos de te ouvir sobre o teu percurso e o que te levou a interessar e a envolver com tanta energia na luta pelo direito à habitação.

Rita Silva (RS) – Este envolvimento não foi planeado. Nunca me interessei particularmente pela habitação, nunca tive tendência para as “arquitecturas”, nem para a cidade. Gostava muito do campo e das questões rurais e estudei agricultura até ao 12º ano. Foi um acaso da vida. Estava no fim da adolescência e queria fazer voluntariado nalgum tipo de organização porque sempre fui, desde pequenina, uma pessoa muito preocupada com o mundo. Gostava das questões mais ligadas à natureza e fui parar à Olho Vivo (Associação para a Defesa do Património, Ambiente e Direitos Humanos), que depois deu origem à SOLIM. De repente, vi-me confrontada com a questão da imigração, muito dura, e quis ficar longe daqueles problemas todos, mas não consegui.

Depois, já no âmbito da SOLIM, tive acesso, por acaso, ao processo das demolições bárbaras que estavam a acontecer na Azinhaga dos Besouros. Comecei a falar com a população do bairro e, de repente, juntam-se muitos moradores à minha volta: “Nós não estamos organizados, estamos a

viver uma violência atroz, ninguém sabe disto...” Aquilo indignou-me e fiz ali a minha primeira reunião com a população. Não dormi nessa noite porque tive a sensação que estava a criar expectativas e a dar esperança às pessoas e isso era muito sério. Percebi que não podia sair daquilo enquanto tudo não estivesse resolvido, embora não fizesse a mínima ideia de como se ia resolver. Foi uma luta gigantesca que desenvolvemos no Bairro da Azinhaga dos Besouros, longa e muito absorvente. A partir daí, começo a aperceber-me das questões e dos problemas da cidade. Foi mesmo aprender fazendo! Nós na altura só dizíamos: “Não pode haver um despejo sem uma solução! Não pode haver um despejo sem realojamento!” Pedíamos um realojamento sem ter um pensamento crítico sobre o tipo de realojamento, o tipo de cidade ou o tipo de bairro que as pessoas queriam, nem sobre qual o tipo de participação. Nós não tínhamos nenhuma experiência, mas depois fomos evoluindo e começaram a surgir mais bairros em situação idêntica ao da Azinhaga dos Besouros. O processo de despejo não parava. Foi assim que entrei nisto.

Isto tem altos e baixos. Para mim, do ponto de vista pessoal, lidar com histórias de despejos ou de pessoas a viver em situação tão precária é muito duro, sobretudo quando há aquelas levas de demolições, em que temos grandes derrotas e

¹ Mais informação disponível em: <http://www.habita.info/>

assistimos à violência. Não há forma de descrever aquilo que sentimos: olhamos para as pessoas e não conseguimos fazer mais nada, não nos conseguimos organizar o suficiente para conseguir parar os processos. Há pessoas que não aguentam e eu às vezes também me vou abaixo e só me apetece fugir e desistir. Outras vezes, o contacto com as pessoas e com os processos coletivos e tudo o que vamos fazendo é tão apaixonante que nos dá um enorme prazer do ponto de vista pessoal, das relações humanas e de poder construir alguma coisa com os outros. É uma relação de amor/ódio: amor por estes processos tão necessários de tentar construir um coletivo e mudar as coisas e ódio por estarmos a lidar com uma realidade muito dura e difícil de mudar.

Foi por isso que entre 2008 e 2010 fizemos um interregno. Eramos um grupo de mulheres ativistas do grupo pelo Direito à Habitação e estávamos completamente exaustas. Precisávamos de cuidar das nossas vidas e esquecer isto. Mas este bichinho que cá ficou fez que, de repente, voltasse ao Bairro da Torre e voltasse a reconstruir um grupo. Hoje é onde me sinto bem, ou seja, parece que já não sei fazer outra coisa. Cada vez mais, quero aprofundar e compreender os interesses que estão em jogo na cidade, nos processos urbanos, e perceber como é que conseguimos lutar por maior justiça. Agora já não consigo sair disto!

Gestual: Em que circunstâncias surge então o Habita?

RS – O Coletivo Habita surge em 2012, com a demolição do Bairro de Santa Filomena, mas ele é um reavivar do grupo pelo Direito à Habitação, que estava inserido na SOLIM. O grupo pelo Direito à Habitação começou em 2005 e desenvolveu uma grande atividade até ao fim de 2007. Conseguimos algumas vitórias, como a suspensão de todos os processos de demolição que estavam a acontecer na Área Metropolitana de Lisboa. Houve alterações legislativas, como o Pro-habita, que criaram a expectativa de novos programas de realojamento e as câmaras pararam as demolições. Nós estávamos exaustas e parámos durante os anos de 2008, 2009 e 2010. Em 2011, recomecei a atividade no Bairro da Torre, mas sem grupo. Em 2012, começa a demolição de Santa Filomena e decidimos formar o Habita. Quando estávamos no Direito à Habitação, integradas na SOLIM, percebemos que a questão da habitação tinha de ser alargada e tratada de forma mais transversal. Com a crise,

adivinhava-se outro tipo de despejos e de problemas que não iam afetar só a população imigrante, daí o Habita não se destinar apenas à população imigrante.

Gestual: Como definirias a identidade do Habita?

RS – Nós somos, em primeiro lugar, um coletivo de pessoas envolvido numa luta política e cívica, não partidária, no âmbito daquilo a que se chamam os movimentos sociais urbanos, comprometido com uma maior justiça social e, neste caso, com a construção do direito à habitação e à cidade.

Gestual: No reacender da vossa ação em 2012, que constituiu uma nova formalização do grupo, o que mudou?

RS – Mudaram várias coisas. Em primeiro lugar, mudaram as pessoas e, na verdade, o que faz um grupo são as pessoas que lá estão, cada uma com as suas características. Nós parámos quando estava a rebentar a crise, em 2008, e retomámos a atividade no auge da crise. Notei muitas coisas diferentes a partir de 2012. A disponibilidade das pessoas para reuniões e para ações parecia ser muito menor, havia menos disponibilidade de tempo e as pessoas andavam muito mais preocupadas com a sua sobrevivência, sendo mais difícil a mobilização. O jornalismo também estava diferente: nas ações que fizemos de 2005 até final de 2007, por exemplo, tivemos uma comunicação social sempre disponível. Em 2012, já não. As demolições e os despejos de pessoas negras e pobres que viviam em bairros autoconstruídos deixaram de ser assunto perante tudo o que estava a acontecer no período de crise. Nesta altura, estávamos com o Bairro de Santa Filomena e foi muito duro sentirmos estas dificuldades de mobilização e de comunicação com a sociedade. Quando estávamos na SOLIM, tínhamos uma associação consolidada e com recursos, enquanto em 2012 estávamos na estrada outra vez, mas de forma autónoma. Tem sido um processo lento, que tem passado por várias fases. Houve alturas em que apetecia desistir: vinham pessoas para o Habita e abandonavam, vinham outras e abandonavam. Parecia que não conseguíamos estabilizar nada. Mas alguém me disse que se demora cinco anos a construir um movimento social. Ainda não posso dizer que construímos um movimento social, mas já realizámos algumas mobilizações sociais importantes. E estamos a preparar-nos lentamente

para trabalhar, não só com a questão dos bairros alvo de demolições, que continuam a ser um foco muito importante da nossa atividade, mas também com o impacto da nova Lei das Rendias, que esteve em discussão e que vai provocar uma nova vaga de especulação imobiliária.

Gestual: Até que ponto a ideia que lançaste da Caravana pelo Direito à Habitação contribuiu para o alargamento do Habita e para o seu fortalecimento enquanto movimento social?

RS – Se estamos a construir um movimento, temos de desenvolver ações, propostas e projetos porque, se não há ação, o movimento morre. A Caravana teve em conta um processo muito interessante que já estava a decorrer, o da Assembleia dos Bairros, que começou a organizar algumas reuniões entre bairros e com grupos de apoio e lançou uma carta aberta. Pensou-se que se deveria dar continuidade. Há problemas de habitação e ameaças de despejo em muitos locais, não só em Lisboa, mas também em Beja, em Coimbra ou no Porto, onde há um pequeno núcleo do Habita. Era uma oportunidade para ligar pessoas, ligar grupos e alargar para criar uma frente pela habitação. Penso que estamos a caminhar nesse sentido. Não sei se é o Habita que cresce. É sobretudo a possibilidade de criar uma rede entre grupos, entre movimentos que podem ser mais solidários e construir uma frente comum.

Gestual: O Habita, na sua origem, trabalhava sobretudo ao nível da Área Metropolitana de Lisboa, mas agora está a estender-se a outras regiões do país. Quando é que assume outra escala?

RS – Para além do novo núcleo do Habita no Porto e em Coimbra, no âmbito da Caravana, surgiu um grupo de pessoas que quer constituir um núcleo para trabalhar nas questões da habitação. Também temos estabelecido contacto com pessoas da zona do Alentejo interior, mais precisamente de Portalegre e de Beja, que nos falam das suas necessidades e problemas ao nível da habitação, face à nova Lei das Rendias e a todas as políticas que estão a promover Portugal como um paraíso fiscal e de investimento imobiliário. A Lei das Rendias e a atividade do turismo estão a ter grande impacto na questão da habitação. Há grupos que nunca saíram da precariedade, como a população cigana em Beja, e outros que estão

agora a entrar numa situação de maior insegurança relativamente à habitação. Quando damos visibilidade à ação e às propostas, algumas pessoas começam a ter a iniciativa de se organizar na sua área de residência e na sua cidade. Isso implica, da nossa parte, termos capacidade de apoiar as pessoas que estão a começar, para que não desistam e continuem a lutar.

Gestual: Nesse sentido, quais são hoje os vossos principais objetivos?

RS – Em primeiro lugar, o nosso principal objetivo é ter uma política pública de habitação que responda às necessidades sociais e uma habitação adequada ao que as pessoas querem e precisam e que se integre numa construção urbana sustentável e participada. Para isso, é preciso organizarmo-nos e melhorarmos a nossa relação de forças para fazer face aos interesses do imobiliário, que estão aí e são muito fortes. Os nossos grandes objetivos são assim: conseguir que as pessoas sejam as protagonistas da luta; e alargar o número de lideranças e protagonistas comprometidos com estas questões da habitação, para mudar as políticas e quem controla a cidade e a produção de habitação.

Temos também objetivos intermédios. Não se falava muito de habitação, correndo-se o risco de a habitação ficar fora do discurso dos partidos políticos e ser totalmente entregue ao mercado, esquecida enquanto pilar do estado social. A consciência coletiva da sociedade tem muito interiorizada a ideia que a habitação é uma questão que a família tem de resolver e uma questão do mercado. O despejo não choca muito as pessoas. Por isso, temos de trabalhar também ao nível da subjetividade e do que são as nossas conceções do que uma sociedade deve ter.

Gestual: Quais são os vossos princípios de intervenção?

RS – A nossa intervenção não é tão planeada como gostaríamos, devido à falta de pessoas, à falta de tempo e às urgências que estão sempre a acontecer. A nossa ação deveria ser mais refletida e discutida coletivamente. Sublinhamos dois princípios. Em relação às famílias que vêm ter connosco, procuramos não abordar o problema de forma individualista e assistencialista. Respondemos ao problema dentro das nossas possibilidades, mas tentamos integrá-lo numa abordagem coletiva, para que cada família se junte

a outras com problemas semelhantes e saia do isolamento, que anda muitas vezes associado a um sentimento de culpa ou de vergonha. Procuramos que a família ou a pessoa perceba que o problema não é dela: é da sociedade, é estrutural e tem a ver com políticas. Não conseguimos responder e resolver casos individuais. Trata-se de uma luta coletiva em que cada pessoa com um problema ajuda nessa luta. Estamos numa base de igualdade e todos na mesma luta.

Nos bairros onde trabalhamos, atuamos em termos coletivos, fazendo reuniões com os moradores e partilhando os objetivos, as propostas de estratégia e de ação. Agora, com o atendimento individual às famílias que nos procuram, de vários pontos da cidade, procuramos integrá-lo numa assembleia mensal coletiva, reunindo famílias com idênticos problemas, o que tem sido muito empoderador.

Outro dos princípios fundamentais é que não vamos para reuniões com o governo ou com outra entidade ou instituição sem a representação das famílias que estão em luta. Não podemos fazer uma luta por elas, sem elas.

Gestual: Quais os recursos de que o Habita dispõe para desenvolver a sua atividade?

RS – Conseguimos manter-nos de pé com muita força de vontade, porque às vezes não temos nada: nem pessoas, nem recursos. Mas há a força dos que conseguem atravessar os momentos menos bons e seguir em frente. É importante juntar mais gente e fazermos mais alianças. Temos trabalhado nesse sentido: com o debate que promovemos todos os meses em torno dos movimentos e da habitação, pretendemos formarmos-nos a nós próprios, porque estamos sempre a aprender, mas também estabelecer ligações com as pessoas que vêm aos debates e aproximá-las das ações que fazemos.

Também temos vindo a trabalhar a questão das alianças, com outros grupos, com outros movimentos, com a própria universidade. Foi criada uma plataforma, *Morar em Lisboa*, que, pela primeira vez, junta organizações que trabalham as questões da habitação, mas não comunicavam, e agora estão a fazê-lo. É muito importante chamarmos outros grupos e associações, de feministas, de imigrantes, antirracistas, para fazermos alianças. Também tentámos uma ligação com os sindicatos, até agora sem sucesso, mas vamos continuar a tentar porque era muito interessante abrir espaço nessa área, já que a questão da habitação afeta pessoas que trabalham, trabalhadores e trabalhadoras.

Gestual: Essa força de vontade permitiu, por exemplo, terem uma sede no espaço MOB. Como é que surge essa oportunidade e qual a importância de terem um espaço para fazer encontros e receber pessoas?

RS – É muito importante dispormos de um espaço de trabalho. Algumas organizações já nos cederam espaço: a primeira, em 2012, foi a UMAR, fazíamos as nossas reuniões no centro de estudos feministas; utilizámos também o RDA, onde fazemos alguns jantares benéficos para angariar fundos; quando o MOB abriu, passámos a utilizar esse espaço. Temos um espaço fixo, de que temos a chave e onde podemos guardar algumas coisas, é muito importante. Ainda não é uma sede, porque o MOB não tem as características necessárias para fazermos o trabalho e envolvermos mais as famílias – um espaço por exemplo onde pudéssemos comer juntos –, mas deu-nos maior estabilidade para crescermos e tornou-se uma referência para as famílias que sabem onde se dirigir e têm um horário e um dia certo de semana para atendimento.

Gestual: Para além do estabelecimento de redes com outras organizações da sociedade civil e com a Universidade, qual tem sido a vossa relação com o poder público, local e central?

RS – Com o poder local e central é uma relação sobretudo de pressão, mas em alguns casos de diálogo. Com as autarquias, quando intervimos é para interromper os despejos, para ter soluções para famílias que estão em habitações degradadas, que vivem na rua ou estão numa situação de despejo iminente. Quando as autarquias são dialogantes, nós dialogamos, mas, quando as autarquias não querem diálogo, nós não conseguimos obrigá-las. As autarquias são diferentes e têm protagonistas diferentes. Com algumas, conseguimos algum tipo de compromisso e de diálogo, como é o caso da Câmara Municipal de Lisboa ou da de Loures. Com outras, como a da Amadora, não há a mínima capacidade de diálogo, por isso a relação é de enfrentamento e de resistência. Em relação ao governo central, apresentamos propostas discutidas coletivamente, mas quando necessário também fazemos uma ação reivindicativa de desobediência, como ocupar o ministério.

Gestual: Quais têm sido os grandes obstáculos ao desenvolvimento das vossas ações?

RS – Em primeiro lugar, é a precariedade. O facto de as pessoas terem vidas tão precárias e tão difíceis, viverem longe dos centros, não terem dinheiro para o transporte, não terem tempo, não terem onde deixar as crianças, torna a participação muito complicada e constitui um grande obstáculo para a organização coletiva. A precariedade também é uma forma de controlo social. Numa sociedade atomizada e precária torna-se mais difícil a organização social.

Outro nível de obstáculos são os interesses imobiliários que hoje são fortíssimos, não têm rosto, envolvem muito dinheiro e recursos e uma enorme capacidade de lóbi ao nível da política. Segundo a minha experiência, quando os interesses imobiliários são muito fortes, a nossa luta é muito mais difícil, quando são menos fortes, obtemos algumas vitórias. Às vezes conseguimos enfrentar alguns interesses, como foi o caso recente da Rua dos Lagares, mas não é uma mudança estrutural, nem sistémica.

O poder político hoje parece estar nas mãos destes interesses, defendendo uma conceção de desenvolvimento urbano quase empresarial, de competição pelo investimento que dita todas as regras. As cidades tornaram-se empreendedoras e perderam a sua função de redistribuição, resumindo-se tudo à mercantilização. Do ponto de vista ideológico, isto entranhou-se na cabeça das pessoas, dificultando a luta. O mercado, o empreendedorismo e o investimento parecem mais importantes que a vida das pessoas. Em resumo, os grandes obstáculos ao nosso trabalho são: a mobilização e os recursos, de um lado, os interesses e a ideologia dominante, do outro.

Gestual: Dizes que, quando o capital é mais forte, é mais difícil conseguir avançar com as lutas, quando ele tem mais fragilidades é mais fácil. Neste sentido, como é que estas ações podem ir para além das pequenas conquistas e constituírem intervenções mais estruturantes?

RS – Têm havido muitas pequenas vitórias. Na Rua dos Lagares, conseguimos travar o despejo de 16 famílias e a renovação dos seus contratos por mais cinco anos, mostrando às outras famílias que vale a pena lutar. Em todos os processos em que temos lutado, há sempre pequenas vitórias. Há brechas que se vão abrindo aqui e ali. No 6 de Maio, nós somos uma pedra no sapato e o processo de demolição está a ser muito mais lento do que a Câmara Municipal da Amadora gostaria, porque nós temos-lhes dado algum

trabalho. No bairro da Torre, conseguimos travar um processo de demolições e agora, muito lentamente, vão-se abrindo perspectivas para um bairro com condições dignas. Há sempre aspetos positivos que se retiram dos processos, como o facto das pessoas não ficarem sozinhas e isoladas, mas com outras pessoas que estão solidárias com elas. É preciso não vermos só derrota, se não, desistimos.

Para mudar as coisas de uma forma mais estrutural, era preciso uma grande revolução para acabar com o capitalismo. Não podemos ser ingénuos. O que se conseguiu na Rua dos Lagares é porque estávamos num período pré-eleitoral e havia um partido que previa ganhar com maioria absoluta, mas essa maioria estava em risco por causa do problema da habitação. Quando há demolições na Amadora, nós ocupamos o ministério que fica muito atrapalhado sem saber o que fazer e as demolições param na Amadora. Isto também tem a ver com o mosaico político atual. Não teríamos os mesmos resultados se tivéssemos a direita com maioria absoluta no poder, quer na Câmara, quer no governo. Não acho que o sistema mude através da democracia parlamentar e representativa partidária que está desenhada para responder aos interesses que hoje existem e não consegue ir mais longe do que isso. Isto não significa que não seja importante, dentro da nossa estratégia de ação, ter presente o contexto político geral e perceber como é que conseguimos abrir brechas. Mas, para mudar as coisas de uma forma mais profunda, temos de trabalhar muito mais ao nível da base. Houve sujeitos coletivos que no passado eram muito fortes, como os sindicatos – que fizeram parte da base do desenvolvimento do Fordismo e conseguiram, pelo menos, mais alguma justiça –, portanto temos que reconstruir de novo sujeitos coletivos que tenham força. Estamos numa sociedade extremamente individualizada e atomizada e isso é um grande perigo. Para mudar as coisas de forma mais profunda, temos de reconstruir os coletivos.

Gestual: Até que ponto as relações que têm estabelecido com os movimentos sociais europeus ajudam a reforçar e a estruturar as ações que desenvolvem no âmbito do Habita?

RS – A relação com os países europeus é muito importante e inspiradora, ajuda a não nos sentirmos tão isolados, é uma forma de partilhar experiências e conhecimento, ou seja, uma forma de aprendizagem. Percebemos que há outros países da Europa com os mesmos problemas, que se es-

tão a organizar, embora cada contexto tenha as suas especificidades e não seja possível aplicar as mesmas receitas em todos. Estes movimentos são todos mais ou menos recentes e têm vindo a acompanhar o desenvolvimento ultra capitalista neoliberal das cidades. São parcerias que nos ajudam a partilhar diversos tipos de recursos, quer financeiros, quer materiais e de análise, mas também nos ajudam a construir uma plataforma para discutir estes temas e fazer propostas.

Gestual: Para finalizar, gostaríamos que fizesse um balanço da Caravana pelo direito à habitação. O que pode emanar daqui?

RS – Esta ideia da Caravana surge porque eu soube que uma fundação podia dar um financiamento pequeno para ações e pensei: “Que ação poderia ser interessante fazer neste momento dando continuidade à *Assembleia de Bairros*? Vamos pensar nos três bairros, vamos alargar... olha vamos fazer uma Caravana!”

Tivemos o apoio de uma Fundação, que nos deu a possibilidade de concretizar esta ideia. Os três bairros – 6 de Maio, na Amadora, Torre, em Loures, e Jamaica, no Seixal – estavam-se a juntar e portanto era muito bom continuar este processo de ligação entre bairros e territórios. A Caravana teve esse grande objetivo. Como se pode alargar esta ligação? Através do conhecimento mútuo. A Caravana ainda não está completamente acabada: queremos entregar os resultados da Caravana ao governo e devolver à sociedade e aos próprios bairros a informação que reunimos. Queremos aproveitar este momento para voltar a juntar os grupos que se envolveram na Caravana e ver de que forma se conseguem manter e consolidar estas ligações. Acho que a Caravana foi muito interessante, muito rica, porque mostrou uma diversidade enorme de problemas relacionados com a falta de uma política de habitação. Houve novos protagonistas que se afirmaram e ultrapassaram o seu campo de ação, levando a sua mensagem para outros sítios. Acho que estamos todos a crescer neste processo e a formar uma rede. Sinto também que, depois da Caravana, há mais gente a procurar-nos, a enviar-nos emails, a mandar mensagens no facebook, a pedir informação, por isso está a trazer múltiplos pontos positivos e a alargar o grupo.